

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Daiane Pinto dos Santos

**EDUCAÇÃO FÍSICA E INCLUSÃO ESCOLAR: experiência, formação de professores
e práticas pedagógicas.**

Porto Alegre

2014

Daiane Pinto dos Santos

**EDUCAÇÃO FÍSICA E INCLUSÃO ESCOLAR: experiência, formação de professores
e práticas pedagógicas.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito para obtenção do Título de
Licenciado em Educação Física pela
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Claudio Roberto Baptista

Porto Alegre

2014

Daiane Pinto dos Santos

**EDUCAÇÃO FÍSICA E INCLUSÃO ESCOLAR: experiência, formação de professores
e práticas pedagógicas.**

Conceito Final:

Aprovado em: de de

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra.

Orientador – Prof. Dr. Claudio Roberto Baptista

Dedico este trabalho à minha família, Família Pinto, Família Cunha e Família Flores, por todo apoio, amor e carinho, dedico-lhes a eles está conquista como gratidão.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à vida por ter me ensinado que a persistência é o caminho do êxito. Ao Professor Claudio, pela orientação, apoio e confiança; aos professores da faculdade que me deram a direção na vida docente. Agradeço ao meu noivo, meu porto seguro, que sempre me apoiou, incentivou nas horas difíceis, de desânimo e cansaço, por todo o amor dedicado a mim. À Família Pinto, Família Cunha e Família Flores, pelos conselhos e direcionamentos. À Família PLI: vocês por dois anos foram minha família, obrigado por fazer parte dos momentos mais espetaculares da minha vida. Aos meus irmãos que conquistei nessa caminhada, Aline, Araton, Bruno e Priscilla, obrigado pela força, companheirismo, apoio, brigas, enfim por cada momento que passamos juntos. Enfim, a todos os amigos que conquistei nessa longa jornada, agradeço o apoio e as palavras de incentivo.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar as perspectivas predominantes na prática pedagógica de professores de Educação Física que se dedicam às temáticas da inclusão escolar de alunos com deficiência. Além disso, pretendeu-se identificar quais são as percepções desses docentes acerca dessa prática e como tais ações podem favorecer a inclusão escolar. Pesquisa, de caráter qualitativo, teve início com estudo bibliográfico acerca da temática da inclusão escolar, buscando conhecer as trajetórias do indivíduo com deficiência, historicidade da educação especial com predomínio recente da educação inclusiva, além de identificar as políticas públicas educacionais e dispositivos legais que regulamentam uma educação de qualidade para todos. Por meio de entrevista semi-estruturada, foram entrevistados dois professores de educação física que se constituíram como pesquisadores da área da educação especial, em função de terem dado continuidade à formação acadêmica (mestrado e doutorado) dedicando-se à temáticas do campo da educação especial: educação de surdos e autismo. Procurou-se investigar as origens de interesses pessoais e profissionais que evidenciam a articulação entre educação física e educação especial; possíveis elementos qualificadores da prática docente associados ao conhecimento de ambas as áreas; efeitos dessa articulação do ponto de vista das eventuais mudanças na ação docente do professor de educação física e da prática pedagógica na formação de professores. Conclui-se que a efetivação do processo de inclusão nas aulas de Educação Física, deve considerar que o desenvolvimento desses sujeitos ocorre através das individualidades, limitações, potencialidades e favorecer através da prática a socialização e cooperação com o grupo, oferecendo oportunidades equitativas a todos.

Palavras-chave: Educação Física Adaptada. Inclusão Escolar. Educação Especial.

ABSTRACT

This study aims to analyze the predominant perspectives in pedagogical practice of physical education teachers who are dedicated to the theme of inclusion in schools with disabilities students. Furthermore, it was intended to identify what are the perceptions of these teachers about this practice and how such actions may favor school inclusion. The research began to study literature on the topic of school inclusion, seeking to know the trajectories of individuals with disabilities, the historicity of special education with the recent hegemony of inclusive education, and identify educational policies and legal provisions that regulating quality education for all. Through semi-structured interviews, two physical education teachers who were constituted as researchers in the field of special education due to continue academic education (masters and doctoral) and dedicated to the thematic field of special education were interviewed: deaf and autism education. We sought to investigate the origins of personal and professional that emphasizes the link between physical education and special education interests; possible qualifying elements of teaching practice associated with the knowledge of both areas; the effects of articulation from the viewpoint of possible changes in the teaching activities of the physical education teacher and teaching practice in teacher education. It is concluded that the to effectiveness of the inclusion process in Physical Education should consider that the development of these subjects occurs through individuals limitations and potentials. This process can be favoured through practice the socialization and cooperation with the group, offering equal opportunities to all.

KEYWORDS: Adapted Physical Education, Special education, School inclusion.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	REFERENCIAL TEÓRICO	11
3	METODOLOGIA	18
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DAS INFORMAÇÕES COLETADAS.....	20
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
	REFERÊNCIAS	33
	ANEXOS	35

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho é consequência primeiramente de um interesse que tenho pela área da inclusão educacional. Mas também pelo atual momento que vivemos, em que a educação brasileira busca a aceitação e o respeito às diferenças por meio da inclusão escolar, através da proposta de uma escola para todos, única, aberta às diferenças e, conseqüentemente, inclusiva.

Desde a minha inscrição para o curso de Licenciatura em Educação Física, imaginava trabalhar com educação especial. Iniciei a faculdade com esse objetivo bem definido. No decorrer da minha trajetória, descobri a necessidade cada vez maior de especialização dos profissionais da área. Durante o caminho percorrido no curso fortalecia a certeza de que faria de tudo para permitir aos meus alunos a vivência pelas diferentes áreas da educação física escolar, permitindo desenvolvimento de uma cultura corporal através dos jogos, brincadeiras, esportes, dança, ginástica e lutas.

Ao iniciar o curso, procurei trabalhar nas diferentes áreas da educação física. Assim, tornou-se possível identificar exatamente o que queria para minha carreira profissional. Fiz estágio em academia e escola regular, além de trabalhar voluntariamente com basquete para cadeirantes. Com essas experiências pude ter a certeza de que iria trabalhar com educação especial e escola.

Durante o curso, realizei também um intercâmbio pelo Programa de Licenciaturas Internacionais em Coimbra, Portugal. Foram dois anos longe do Brasil, nos quais tive a oportunidade de refletir sobre as diferenças culturais e identificar aspectos interessantes que caracterizam nossa própria cultura. Durante esse tempo do intercâmbio, tive a possibilidade de fazer um trabalho com um menino com Síndrome de Down em uma escola que era organizada com base nas premissas da educação inclusiva. Foi possível identificar algumas situações muito parecidas com desafios que ainda são frequentes no sistema de ensino do Brasil, como a falta de qualificação dos professores para lidar com essas crianças. Essa experiência fez com que eu refletisse sobre a prática dos profissionais de educação física nessa área e sobre o quanto ela precisa de investimentos.

Ao retornar ao Brasil, procurei o grupo de basquete no qual fui voluntária no início da minha formação, mas recebi a triste notícia de que não conseguiram dar continuidade ao trabalho. Naquele momento me questionei sobre a necessidade da valorização dessa área na faculdade. O que a universidade está fazendo para despertar o interesse de professores para

trabalhar com alunos que necessitam de educação especial? Quais disciplinas estão sendo disponibilizadas para os futuros professores se aperfeiçoarem? Todas as ações governamentais são o suficiente diante das atuais mudanças?*

Em parte da minha trajetória como estudante, principalmente no último ano, estive inserida em um grupo de pesquisa que se reúne sistematicamente, em que pesquisadores de diferentes áreas vinculados à inclusão escolar discutem a relação entre as práticas pedagógicas e políticas, não é uma discussão pautada na educação física, mas é uma discussão que tem efeitos pra pensar educação física.

Em função de minha trajetória, pude transformar e ampliar o meu pensamento sobre o verdadeiro papel da Educação Física escolar através de questionamentos feitos a mim mesma, tais como: Qual a importância do papel do professor de Educação Física? Quais as atitudes e estratégias utilizadas pelos professores de Educação Física? Como formar cidadãos presentes e críticos, porém ao mesmo tempo afetuosos e transformadores?

Portanto, o objetivo desse estudo é **analisar as perspectivas predominantes na prática pedagógica de professores de educação física que se dedicam às temáticas da inclusão escolar, quais são suas percepções acerca dessa prática e como tais ações podem favorecer a inclusão escolar.**

A escolha do tema “inclusão escolar” torna-se relevante devido à necessidade de um estudo mais aprofundado sobre o assunto, já que é um tema que preocupa a todos os envolvidos nesse processo (professores, alunos, pais, diretor, funcionários). Ressalto ainda que é importante se constituir esse estudo como material de apoio, para que seja possível debater, questionar e auxiliar no processo de formação e qualificação como profissionais, diante do desafio da inclusão de alunos com deficiência no ensino regular e da falta de preparação dos profissionais de Educação Física.

Este estudo tem um caráter qualitativo e de cunho exploratório. Será desenvolvido por meio de levantamento bibliográfico de pesquisas da área e da interlocução com pesquisadores da área de educação especial que tenham formação nas áreas de Educação Física e Educação Especial.

* Para maiores detalhes sobre as ações governamentais e programas ministeriais relativos à temática ver Baptista (2011).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A escola é direito de todos. Esta frase trouxe muitas discussões nos últimos anos a respeito da proposta de educação inclusiva, deixando muito professores temerosos quando se deparam com a realidade da diversidade humana em suas salas de aula. Essa crescente proposta de inclusão tem o intuito de atender a todos na escola, incorporando a diversidade sem nenhum tipo de distinção, ou seja, oferecer educação de qualidade para todos, visando um olhar que valorize as diferenças individuais. Nesse processo, nota-se uma tendência à transformação da educação.

A trajetória do indivíduo com deficiência é marcada por preconceitos e lutas em favor do direito à cidadania. Antigamente as pessoas que nasciam com alguma deficiência eram separadas, afastadas de qualquer convívio social. A imagem que muitos tinham dos deficientes era de deformação do corpo e da mente. As diferenças eram vistas como maldição, como castigo de Deus. Eram seres diabólicos que deveriam ser castigados para poderem se purificar.

A negligência com que eram tratadas as pessoas com deficiência se estendeu no Brasil até a década de 1950 e, de certa forma, persistem até os dias de hoje, com a permanência de contextos de precariedade. Porém, somente no final dos anos 1980 foi que surgiu a ideia de adaptar o sistema escolar às necessidades dos alunos, através de mudança na Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988), garantindo a integração escolar e o atendimento educacional.

O direito de educação para todos está cada vez mais sendo debatido na escola. De acordo com a Constituição Federal (1988) Art. 205 “A educação, é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Ou seja, é assegurado o direito de toda criança, adolescente ou adulto, com ou sem deficiência, inserir-se no ensino regular, garantindo o direito de todos à educação. Compreendo que a educação está baseada na aceitação das diferenças e na valorização do indivíduo.

A discussão de uma escola para todos tem gerado inúmeros debates sobre programas e políticas de inserção de alunos com deficiência. A grande polêmica está centrada na questão

de como promover a inclusão na escola de forma que possibilite a interação, participação e aprendizagem de todos durante a aula.

O movimento pela inclusão escolar no Brasil obteve uma crescente a partir da década de 1990. Esse movimento originou-se da influência da Constituição Brasileira de 1988, que cita que a educação é um direito de todos e prevê no artigo 208 "o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (...) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino". E em 1994 a Declaração de Salamanca propôs a inclusão escolar de crianças com deficiência no ensino regular, salientando o papel da escola regular na educação dos alunos com deficiência, relatado pelo seguinte trecho do documento mencionado "escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos (...)". A partir desses dois documentos surgiram outros que defendem e asseguram o direito de educação a todos, entre as quais:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96;
- Resolução CNE/CEB nº 02/2001 que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica;
- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva;
- Decreto nº 6.571/2008.

Esses documentos auxiliaram a ditar o rumo da educação inclusiva no Brasil.

No ano de 1996 houve um marco para a educação brasileira, que foi a Lei de Diretrizes e Bases - LDB nº 9.394, destinando um capítulo inteiramente à educação especial. Foi definida no Artigo 58º como uma “modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos que apresentam necessidades especiais” e no artigo 59º, o educando tem como garantia currículos, métodos, técnicas e recursos educativos para atender suas necessidades, além de professores com especialização adequada.

A Resolução CNE/CEB nº 02/2001, diz que a matrícula de crianças com necessidades educacionais especiais iniciará desde a Educação Infantil e que as unidades de educação

devem assegurar atendimento educacional especializado. No artigo 7º é garantido que “o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais deve ser realizado em classes comuns do ensino regular, em qualquer etapa ou modalidade da Educação Básica”.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC 2008) tem como objetivo:

Garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

O Decreto 6.571/2008 trata sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado. Esse documento consolida diretrizes e ações já existentes. Seu objetivo é ampliar a oferta de atendimento educacional especializado nas escolas públicas do país.*

Certamente, esses documentos estão contribuindo para o distanciamento da segregação. Notam-se mudanças nas políticas públicas, na reforma do currículo e escola, nas práticas educativas e a preocupação na formação dos professores, é um sinal visível que a escola e a sociedade vão continuar caminhando rumo a práticas cada vez mais inclusivas.

Segundo Sasaki (1999, p. 43) "inclusão significa modificação da sociedade como pré-requisito para a pessoa com necessidades especiais buscar seu desenvolvimento e exercer a cidadania". O autor ainda afirma que o processo de inclusão permite a construção de uma nova sociedade, por meio de pequenas e grandes transformações, nos ambientes físicos e na mentalidade de todas as pessoas, inclusive da própria pessoa com deficiência.

A área da educação, e aqui se inclui a educação física, não pode simplesmente afastar um aluno da convivência com outras pessoas. Há benefícios para todos os participantes, ganhos nas habilidades acadêmicas e sociais, preparação para a vida na comunidade, estímulo para o convívio social, melhoria das habilidades pedagógicas dos professores. Defendido por Stainback e Stainback (1999, p.21):

* O Decreto 6.571/2008 foi sucedido pelo Decreto 7.611/2011, que incorporou grande parte das determinações do decreto de 2008 mantendo as diretrizes legais relativas a área e inserindo pequenas mudanças com relação ao

Em um sentido mais amplo, o ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos - independente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural - em escolas e salas provedoras, onde todas as necessidades dos alunos são satisfeitas. (...) Educando todos os alunos juntos, as pessoas com deficiência têm oportunidade de preparar-se para a vida na comunidade, os professores melhoram suas habilidades profissionais e a sociedade toma a decisão consciente de funcionar de acordo com o valor social da igualdade para todas as pessoas (...).

A inclusão está diretamente relacionada com o processo de ensino aprendizagem. Não basta simplesmente incluir o aluno no espaço físico, a escola precisa oferecer um ensino de qualidade e para isso o professor pode optar por metodologias diversificadas e flexíveis. O crescimento e o desenvolvimento de todas as crianças, mesmo com suas diferenças sociais e cognitivas, são facilitados quando temos um ambiente que favoreça a convivência, a experimentação de algo novo, dando oportunidade a todos.

A implementação das leis e políticas públicas enfocando diversidade e igualdade de direitos, assim como os parâmetros curriculares nacionais, vieram para auxiliar e garantir o direito da inclusão nesse processo de ensino aprendizagem.

A lei 9394/96, LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) art.59, inciso I afirma que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades”. Ainda no art. 59, inciso III “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”.

Porém ao consultar um estudo realizado por Gorgatti (2004) foi constatado pelo autor que 50% dos professores entrevistados sentem-se despreparados para lidar com alunos com deficiência em suas aulas e os mesmos professores afirmaram que não gostam ou não gostariam de receber alunos com deficiência em suas aulas de educação física. Apesar dessa insegurança 90% dos professores concordam totalmente em fazer cursos para se aperfeiçoar na área da atividade física voltada para pessoas portadoras de deficiências e 80% acreditam que o processo de ensino integral é benéfico para todas as crianças. Refletimos, que a falta de preparação dos profissionais da educação favorece a segregação dos alunos com deficiência na sala de aula de educação física, pois caso os professores se sentissem mais preparados para lidar com alunos com deficiência, seria observada uma tendência a incluir esse aluno, não

somente no espaço físico das aulas. Essa inclusão passa a ser efetiva, com a participação real dos alunos nos conteúdos abordados, na vivência social com os outros alunos e com o professor.

Em outro estudo realizado por Palla e Castro (2004), os autores identificaram que os professores estariam determinados a ensinar os alunos com deficiência. Porém, o que impede muitas vezes é a falta de qualificação profissional, de oportunidade de emprego, e/ou boas condições de trabalho. Além disso, esse mesmo estudo cita a necessidade de um plano de ação para que os profissionais se sintam mais preparados para lidar com os alunos com deficiência. Incluindo nesse plano: (a) a criação de cursos de capacitação profissional na educação física adaptada para os professores que atualmente estão na escola ou em outros setores da educação física; (b) o aumento de carga horária nas disciplinas de educação física adaptada oferecida nos cursos de educação física; (c) a implementação de estágios supervisionados obrigatórios em educação física adaptada (estágios com crianças, jovens, adultos, idosos, obesos, sedentários, diabéticos, etc.); (d) a criação de curso de extensão à comunidade oferecido nas universidades pelos departamentos de educação física; (e) a criação de parcerias entre setores públicos e privados para geração de verbas.

Certamente, a escola brasileira tem se mostrado mais aberta para atender a todos e os gestores vêm oferecendo novas condições para a implantação da escola inclusiva no país, fornecendo verbas, criando cursos de reciclagem para os docentes e atendendo as demais necessidades estruturais. Esse movimento irá auxiliar no crescente processo da inclusão. Apesar do grande avanço da educação inclusiva, há muito a se fazer para que a inclusão seja efetiva. Para que sejam dadas condições de inclusão e um ensino de qualidade no sistema regular, seria necessário um processo de transformação tanto da comunidade escolar quanto do sistema de ensino. As transformações vão desde disponibilizar ambientes físicos adequados, garantia de respeito e assistência, até promover aprendizagem pelas diferentes formas.

Assim como afirmam Aguiar e Duarte (2005) “a presença do deficiente na escola pressupõe uma mudança radical no interior da mesma, seja nos procedimentos de ensino, na avaliação, no currículo, enfim, em todas as áreas do sistema escolar.”.

De acordo com os estudos citados anteriormente de Gorgatti (2004) e Palla e Castro (2004), é possível notar o despreparo dos profissionais de Educação Física para lidar com

alunos com deficiência no ensino regular e da falta de condições do sistema de ensino. É devido a esses receios que esse estudo tem como objetivo analisar as perspectivas predominantes na prática pedagógica de professores de Educação Física que se dedicam às temáticas da inclusão escolar, quais são suas percepções acerca dessa prática e como tais ações podem favorecer a inclusão escolar. Sendo esse um material de apoio para que seja possível debater, questionar e auxiliar no processo de formação e qualificação como profissional.

O professor de educação física tem papel fundamental no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos, visto que esse professor pode proporcionar-lhes resposta aos estímulos do meio ambiente através do movimento, permitindo aos alunos conhecer a si mesmos e aos outros. As práticas pedagógicas adotadas pelos professores de Educação Física para a inclusão, certamente irá auxiliar no desenvolvimento motor, intelectual, social e afetivo dos alunos com deficiência. A estrutura e estratégias utilizadas pelos professores em aula favorecem as relações comunicativas e a experimentação corporal entre os alunos.

Rodrigues (2005, p. 139) afirma que,

A Educação Física, aparentemente seria uma área curricular mais facilmente inclusiva devido à flexibilidade inerente aos conteúdos. (...) Os professores de Educação física são vistos e conotados como profissionais com atitudes positivas mais favoráveis à inclusão do que os demais professores.

A construção de práticas pedagógicas que envolvam desafio e flexibilidade tende a contemplar as necessidades de todos nas escolas, contribuindo para o desenvolvimento de todos os alunos envolvidos no processo de ensino.

É extremamente importante que, nesse processo de inclusão do aluno com deficiência nas aulas de Educação Física, haja uma modificação das atitudes, comportamentos e visões estigmatizadas dos professores, alunos e demais envolvidos na escola. O crescimento e o desenvolvimento de todas as crianças, mesmo com suas diferenças sociais e cognitivas, são facilitados quando temos um ambiente que favoreça a convivência, a experimentação de algo novo, dando oportunidade a todos.

Dessa forma o presente trabalho busca contribuir significativamente na transformação das práticas e reconstrução do papel da escola, pois a inclusão é atualmente um dos maiores desafios do sistema educacional, sendo esse um motivo a mais para que o ensino se

reestruture e os professores aperfeiçoem as suas práticas. O professor tem papel fundamental como mediador e facilitador, de forma que possibilite a interação, participação e aprendizagem de todos durante a aula.

3 METODOLOGIA

Para conhecer as práticas pedagógicas de professores de educação física que se dedicam às temáticas da inclusão escolar, quais são suas percepções acerca dessa prática e como tais ações podem favorecer a inclusão escolar, optou-se por abordar uma pesquisa a partir da abordagem qualitativa e de cunho exploratório. Será desenvolvido por meio de levantamento bibliográfico de pesquisas da área e da interlocução com pesquisadores da área de educação especial que têm a formação nas áreas de educação física e educação especial. Os participantes do estudo serão dois professores de Educação Física que se dedicam a temática da inclusão escolar. O desenvolvimento da pesquisa compreende três etapas.

A primeira etapa se destina a revisão de literatura do referencial teórico que fundamenta o processo de inclusão escolar nas bases de dados: Google Acadêmico, Scielo, Redalync, Portal de Periódicos da Capes, considerando as publicações nos últimos 10 anos. Foram utilizados como palavras chaves: “educação física adaptada”, “inclusão”, “educação especial”, “corpo na escola”, “estratégias de ensino”, “práticas pedagógicas”.

A segunda etapa compreende a análise da prática docente dos professores convidados a participar da pesquisa. O instrumento para coleta será uma entrevista semiestruturada, quando o instrumento de coleta é organizado para que se obtenham informações específicas, determinadas de maneira prévia pelo pesquisador. A escolha deste tipo dá-se exatamente pela possibilidade de, mesmo com a busca de informações específicas, dar liberdade ao entrevistado para dissertar sobre o tema ou aspectos que considere relevantes (Cohen, 1989). A entrevista diz respeito à amostragem de opiniões e/ou informações acerca de determinada temática, feita de forma oral e frente a frente com o entrevistado (Trivinos et al. 2004). Será proposto um tema que se desenvolverá a partir da conversa com os professores, através de perguntas abertas e fechadas, sendo que a entrevista será utilizada para que se saiba a opinião de especialistas em determinado momento, sobre uma temática específica (Trivinos et al. 2004). Pretende-se dessa forma identificar as estratégias de inclusão escolar não somente do fazer docente, mas também, no saber docente, explorando as reflexões e objetivos desses professores. A entrevista será gravada em áudio para posterior transcrição e análise.

Os sujeitos desta pesquisa são dois professores de Educação Física que se dedicam à temática da inclusão escolar.

Professor (A) 41 anos, formado em Educação Física pela UFPel em 1998 e desde o início da sua graduação se envolve com a temática da educação especial.

Professor (B) 37 anos, formado em Educação Física pela Unisinos em 2003. Foi no ano de 2004 que o professor começou a direcionar sua carreira para área da inclusão escolar, através do curso de libras, participação em seminários voltados à área de educação especial e desde então se envolve, estuda e trabalha com a temática da inclusão escolar.

A terceira etapa envolve a análise dos dados coletados e suas relações com o objetivo do estudo. Para a análise de dados e discussão das informações coletadas, adotou-se parte da metodologia de Bardin (2011) que sugere a organização em categorias, para descrição e explicação das ideias dos professores. Para Trivinos (2004, p. 79) as inferências que se podem extrair dessas análises tem como objetivo a explicação de certos fenômenos. Os trechos foram selecionados de acordo com critérios de representatividade baseados nos objetivos do estudo.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DAS INFORMAÇÕES COLETADAS

MOTIVAÇÃO, INTERESSE

O que levou cada professor a incorporar a Educação Especial dentro da inclusão escolar foram situações diferentes, um dos professores desde o momento da sua graduação se envolveu com a temática da inclusão escolar, já o outro gostaria que tivesse uma melhor valorização dos conteúdos da educação física, pois o mesmo percebia uma valorização da escrita, leitura e cálculo, porém eram esquecidas as questões relativas ao movimento corporal.

Professor (A) “desde o início da minha graduação comecei a trabalhar com essa temática”.

Professor (B) “acreditar em uma educação de corpo inteiro (corpo e mente), pois percebia que havia uma supervalorização dos conteúdos da leitura, da escrita e cálculo”.

Essa preocupação do *professor (B)* também é defendida nos parâmetros curriculares nacionais (1997, p. 1), que destaca como objetivo da educação física:

“(...) utilizar as diferentes linguagens — verbal, matemática, gráfica, plástica e corporal — como meio para produzir, expressar e comunicar suas ideias (...)”.

Apesar do *professor (B)* considerar importante o aprendizado pelas práticas corporais para os alunos com deficiência, este enfatiza em sua fala que a escola, os colegas e os pais não valorizam o movimento corporal dentro do espaço escolar.

Professor (B) “a escola, os colegas e pais, não veem isso como importante, não veem a brincadeira, o jogo, o movimento corporal, não enxergam a criança, não percebem o corpo das pessoas”.

Acredito que isso é um entrave dentro do processo de inclusão. Através do discurso do professor, concluo que o sucesso nesse processo requer não apenas esforço por parte dos professores e dos profissionais na escola, mas também por parte dos colegas, pais e famílias.

Os interesses pela temática da inclusão por parte dos professores entrevistados foi através da busca de uma educação para todos, apesar de que os momentos em que eles

descobriram o interesse por essa temática fossem diferentes: um professor já estava desde o momento da sua graduação envolvido com a temática, realizou estágios e participou de projetos de extensão dentro da área e o outro descobriu o interesse de se aperfeiçoar quando se deparou dentro da escola com alunos com deficiência.

Professora (A) “Desde a graduação... sempre pensei em uma educação para todos”.

Professor (B) “Logo que me formei, quando comecei a trabalhar em escola. Pois percebi que minha formação inicial não dava conta de atender a todos na escola”.

Através dos dois relatos percebemos uma preocupação dos professores referente às suas concepções, formação e atitudes. Souza e Boato (2009, p.12) destacam:

que as concepções dos professores podem ser determinantes em suas atitudes, assim como sua formação pode intervir em suas atitudes e em suas concepções, estando diretamente relacionados. Sendo assim, estes três aspectos são determinantes para garantir uma educação de qualidade a todos, independente das diferenças dos alunos (culturais, étnicas, deficiências, etc.).

Pelo relato do *professor (A)* percebemos que as suas concepções já estavam definidas desde o início da sua graduação, já o *professor (B)* se defrontou com choque da realidade escolar, reconhecendo a fragilidade de uma formação inicial.

Professor (A) “como desde a minha graduação sempre me envolvi com esse tema, o estágio na Espanha foi muito significativo, até mesmo para perceber que no Brasil já se fazia muita coisa de qualidade dentro da Educação Física... depois que entrei no Mestrado e fui trabalhar em uma Escola... consegui vivenciar isso dentro da Escola, pois antes só trabalhava com projeto de extensão”.

Ficam claras, no discurso do *professor (A)*, as concepções que ele tinha perante a educação inclusiva. Desde o início da graduação esse professor se envolve com a temática da inclusão e mesmo durante a sua graduação quando realizou um intercâmbio na Espanha, o professor buscou estudar/trabalhar com essa temática. Podendo ser esse, um elemento favorável no processo de inclusão escolar.

Professor (B) “no primeiro ano que estava em Canoas, eu tive um aluno cego e uma aluna cadeirante na mesma turma... então eu parava para pensar em atividades que eu

pudesse fazer em aula para trabalhar com eles... como poderia atender esses dois alunos com deficiência mais os 20 alunos”.

O professor (B) relatou um acontecimento bastante interessante que ocorreu durante a sua vida profissional, a fim de incluir dois alunos com deficiência nas aulas de educação física na escola de ensino regular, deparando-se com o choque da realidade.

O que chama atenção no relato do professor (B) é o trecho referente à fala de outro educador perante o conflito que o professor estava enfrentando no encontro das estratégias metodológicas para incluir os dois alunos *“tu sabes que estou te vendo aí planejando a tua aula, pensando, mas eu não tenho perfil para trabalhar com esses alunos em sala de aula”.*

Durante a entrevista, o professor (B) relembra que quando iniciou o trabalho na escola já ouvia o mesmo discurso dos professores que ouvimos hoje, que não estão preparados, não tem perfil. O professor salienta que ele não estava preparado e acredita que ainda não está, porém ele sabia que o profissional era ele, e ele deveria buscar meios junto com seus colegas para repensar aquele espaço para atender a todas as crianças.

Esse relato faz-nos refletir no papel da educação, pois a maioria dos professores encara a inclusão como um problema ou então a usa como uma desculpa para evitar uma carga adicional de trabalho, não percebem os benefícios que esse processo traz para todos os alunos, professores e para a comunidade envolvida. Conforme relatado pelo professor (B) *“às vezes eu vejo que a inclusão é usada como uma certa defesa de alguns professores em dizer que não estão preparados ou dizem que não tem perfil e não buscam nem essa preparação. Isso me marcou, para que eu tomasse atitudes para que eu me aperfeiçoasse nessa área, pois não é questão de perfil é uma questão de trabalho, de conhecimento, de se apoiar de alguns conceitos, de algumas práticas independente do perfil”.*

Esse discurso faz com que reflitamos que a educação pode muito bem atender a todos, pois fica evidente pela trajetória do professor (B): basta que os professores tomem consciência do seu papel como facilitador e busque o dialogar, refletir e aperfeiçoar suas práticas, adequando as suas estratégias metodológicas.

INCLUSÃO ESCOLAR, INCLUSÃO NO BRASIL

Sobre entendimento dos professores perante o processo de inclusão escolar, nota-se um discurso de uma educação para todos, uma educação que acolhe todos os alunos na escola regular.

Professor (A) “Uma escola realmente é para todos, um projeto político pedagógico que vá beneficiar a todos os alunos”.

Professor (B) “É o acolhimento desse aluno na escola regular com todas as crianças”

Conforme já debatido no referencial teórico a Constituição Federal (1988) garante o direito de todos à educação dentro da rede de ensino regular. Além desse documento, há outros documentos citados que contribuíram para o distanciamento da segregação dentro do ambiente escolar.

Além disso, há autores que destacam os benefícios da inclusão escolar. Gorgatti et al (2004, p.64) defende que “a convivência com pessoas diferentes deveria ser uma grande ferramenta em educação, preparando pessoas mais conscientes para a vida e para suas possibilidades”.

Stainback e Stainback (1999, p. 22) destacam que, quando há existência de programas adequados, a inclusão pode beneficiar todos os alunos, com e sem deficiência, a fim de desenvolver atitudes positivas, ganhos nas habilidades acadêmicas e sociais e de preparação para a vida em comunidade. Assim conforme trecho da entrevista do *professor (B)* “ a inclusão escolar é bom para os alunos deficientes tanto quanto para os alunos não deficientes, pois cada um conhece suas especificidades sem viver de forma segregada”.

Através do relato do *professor (B)* notamos que esse acolhimento depende da escola e professores repensarem e se transformarem, conforme seguinte trecho da entrevista “mas é um processo de acolhimento que requer que a escola se repense, se transforme, os professores repensem suas práticas, se transforme na medida que vai se relacionando e interagindo com essas crianças”.

Costa e Souza (2004, p. 38) refletem que

a inclusão, veio de certa forma questionar as práticas sociais existentes, entre elas as práticas realizadas pela educação física, principalmente na perspectiva escolar, que neste novo paradigma inclusivista, além de não se referir apenas aos deficientes, mas a todos os excluídos sociais, tem que trabalhar no mesmo espaço e tempo com as crianças que possuem as mais diferentes formas de habilidades, capacidades, comportamentos e história de vida.

Rodrigues (2005) segue a mesma linha, afirmando que a Educação Inclusiva representa uma ruptura com os valores da escola considerada tradicional, exigindo adaptação de currículos, aluno “padrão”, aprendizagem, etc.

Acreditamos que todos os alunos, com as mais diversas capacidades, necessidades e características, possam aprender juntos; que a escola regular, junto com a inclusão escolar, irá contribuir para que se crie um verdadeiro sentido de igualdade de oportunidades; e que os professores, junto com a comunidade, adotando práticas menos segregadoras, iram contribuir para o desenvolvimento global de todos os alunos envolvidos no espaço escolar.

Quando os professores são questionados sobre o atual momento que vive a inclusão no Brasil os dois afirmam que ocorreram avanços, porém ainda há melhorias a serem realizadas.

Professor (A) “acredito que avançamos muito... acho que as pessoas estão acreditando mais. Todos dispositivos legais que existem no Brasil, e o que se vê da caminhada da rede municipal, pelo menos as que tenho contato, Porto Alegre, Canoas, Pelotas, a gente vê que tem uma disponibilidade para caminhar para isso”.

Professor (B) “movimento normativo e teórico nos ajudando mostrando que os alunos estão na escola, que estão vivenciando esses contextos inclusivos. Se pensarmos em como era há 10 anos, estamos muito melhor... o primeiro passo é a criança na escola, garantir o acesso, a matrícula, garantir esse processo, essa trajetória dentro do contexto escolar, que realmente se torne inclusivo, que não seja excluído dentro desse espaço”.

Assim como já comentamos no referencial teórico, notamos que desde os anos 90, há uma crescente mudança nas políticas e leis que regem a educação inclusiva. Pois, notamos mudanças nas políticas públicas, na reforma do currículo e escola, nas práticas educativas e a preocupação na formação dos professores, sendo um sinal visível que a escola e a sociedade vão caminhando rumo a práticas cada vez mais inclusivas, pois apesar dos avanços da

educação inclusiva, há muito a se fazer para que a escola se torne efetivamente inclusiva. Conforme relatado pelo *professor (B)* “*vejo que avançamos muito, as políticas de inclusão trouxeram dinheiro para escolas, para a acessibilidade arquitetônica, para formação de professores, programas de formação continuada de professores, tem a sala de recursos, que coloca um profissional com formação específica da área para trabalhar de forma compartilhada com esses professores que lá estão... de realmente pensar que esses sujeitos podem aprender, podem estar na escola, podem viver em uma sociedade de uma forma mais autônoma. E esse processo começa na escola, de dar autonomia, independência*”.

As respostas dos professores vão de encontro ao debate existente na literatura sobre o processo de inclusão dos alunos com deficiência. Pois Rodrigues (2001, p. 128) enfatiza esses discursos completando que “o princípio da inclusão implica uma reestruturação bastante significativa da escola e do currículo”.

Rodrigues (2001) ainda cita fatores responsáveis pela eficácia da inclusão escolar, dentre elas: transformação do currículo, o desenvolvimento profissional dos professores, uma liderança efetiva, a modificação da cultura e da organização da escola e um compromisso de mudança.

Através dos argumentos do autor e das discussões realizadas, percebemos que, quando falamos em inclusão, devemos pensar nos aspectos que se referem às concepções diferenciadas de ensino e de aprendizagem, as atitudes e a busca por aperfeiçoamento, em políticas de financiamento, em projetos político pedagógicos, em capacitação docente e suas práticas, em valores humanos e educacionais.

Rodrigues (2001) identifica características marcantes em escola regulares mais eficazes, p.114:

uma análise e objetivos compartilhados entre os profissionais da escola que a transmitem aos alunos; um ambiente na escola que valoriza a aprendizagem e no qual todos se sentem felizes de aprender; professores empenhados na melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem; o controle individual próximo dos progressos feitos e onde a avaliação é usada para planejar as próximas etapas do ensino; os direitos e responsabilidade dos alunos são reconhecidos e defendidos;; a escola é a própria organização de aprendizagem ativa na qual todos os membros, tanto alunos como professores, valorizam o ensino e são eles próprios aprendizes ativos.

A INCLUSÃO: EDUCAÇÃO FÍSICA E EDUCAÇÃO ESPECIAL

Ao discutirmos a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de educação física, os dois professores concordam com a inclusão, e também concordam que muitos professores não procuram realizar atividades para que todos possam participar, pois ainda estão ligados a uma Educação Física do corpo perfeito. Além disso, novamente os professores criticam as atitudes da família dos alunos, que com a superproteção querem privar os alunos de práticas corporais.

Professor (A) “deveria ser algo natural, uma escola para todos, ou seja, uma educação física para todos... que para prática precisa da disponibilidade física/motora... então os professores preparam aulas que não são para todos”.

Professor (B) “historicamente o aluno com deficiência sempre foi dispensado das aulas de educação física. Ainda hoje eu vejo muito isso... professores da Educação Física, que acham que a educação física é como um esporte de rendimento... eu penso que os alunos com deficiência podem sim ser incluídos, podem participar das atividades, mas os professores devem pensar muito nas atividades propostas... planejar uma atividade em que todos façam juntos”.

Através das duas falas observamos que a Educação Física pode contribuir para o processo de inclusão, desde que se organize, se estruture e planeje atividades que não sejam excludentes.

Aguiar e Duarte (2005) concordam que o estímulo pela competitividade, algo que já faz parte historicamente da educação física, submete os alunos a um estilo segregado de viver. Os autores ainda realçam que o papel da escola é de caráter formativo, então caberia a ela apresentar aos alunos o que o meio social não apresenta: uma vida em prol da cooperação e a possibilidade da convivência com a diversidade. E que os professores de Educação Física podem contribuir para isso, sugerindo que todos os alunos participem de jogos e campeonatos, incluindo os alunos que não demonstram talento para modalidades esportivas, os alunos que tem dificuldade no controle do próprio corpo e os alunos que são considerados inaptos devido às suas limitações físicas. Os autores ainda comentam que é uma questão de adequar as estratégias.

Sabemos que o desafio da inclusão é um processo que implica mudanças no contexto escolar. Assim, citado por Rodrigues (2005, p. 140) que as mudanças ocorrem “no projeto político pedagógico, na filosofia, na postura diante dos alunos e na valorização das suas peculiaridades”.

Ao analisarmos os ganhos que a Educação Física tem com as discussões da Educação Especial, os dois professores concordam que a Educação Física ganha muito com isso: repensar numa modalidade em que todos participem. Nos questionamentos já realizados para os dois professores foram debatidos o assunto de renovar a Educação Física Adaptada.

Professor (A) “ganha muito... a área de atividade motora adaptada, da educação física adaptada vem se consolidando com os anos e trazendo novas dimensões... a educação física adaptada precisa ser oxigenada pela Educação Especial.”

Professor (B) “se repensarmos a Educação Física como área de conhecimento, ela pode contribuir para inclusão. Pensar no corpo inteiro (corpo e mente)... de saber que tem que se pensar em um trabalho para todas as crianças. Tem que se pensar um trabalho em que todos podem participar, atividades que sejam significativas para todo o aluno.”

Segundo Rodrigues (2005, p.138) “a educação física na escola constitui uma grande área de adaptação, ao permitir a participação de crianças e jovens em atividades físicas adequadas às suas possibilidades, proporcionando que sejam valorizadas e se integrem num mesmo mundo”. Além disso, o autor comenta que essa é uma área curricular aparentemente mais propícia à inclusão, já que há uma flexibilidade dos conteúdos.

Já ao serem questionados dos ganhos que a educação especial tem perante a área de trabalho que envolve o corpo/movimento, os dois professores concordam que a Educação Física pode contribuir para o processo de inclusão, pois há uma valorização dos conteúdos cognitivos e esquecem o corpo.

Professor (A) “nós da Educação Física temos muito a colaborar com a Educação Especial, nós que pensamos o corpo. Na escola vemos que muitas vezes o corpo é esquecido, se pensa muito no cognitivo e se esquece das questões do corpo”

Professor (B) “acho que assim como a sala de recursos pode pensar o corpo nós também podemos trazer o corpo para outras disciplinas, acho que é um trabalho pouco

valorizado, geralmente cada um faz o seu papel, trabalham separados, trabalham diferentes conteúdos, diferentes áreas de conhecimento”.

Professor (B) *“fazer atividade de forma prazerosa, cooperativa, que não seja de disputa”.*

Certamente, a mudança de estratégias de ensino para uma prática mais cooperativa em que todos participem, auxiliará no processo de inclusão escolar. Esse processo significa dar oportunidades equitativas a todos os estudantes, incluindo todo e qualquer aluno, permitindo que todos recebam serviços educacionais eficazes, com serviço de apoio, em escolas da sua vizinhança, auxiliando a torna-lo um membro pleno da sociedade.

Sasaki (1997, p. 125) destaca as práticas mais relevantes e significativas, como:

A aprendizagem cooperativa; a instrução baseada em projeto/atividade; o ensino entre alunos de todas as idades; a educação que seja multicultural; a educação que reconheça e ensine para inteligências múltiplas e diferentes estilos de aprendizagem; e a construção de sendo de comunidade nas salas de aulas e escolas.

CAPACITAÇÃO E ATITUDES NA BUSCA PELA INCLUSÃO: SUGESTÕES DOS PROFESSORES EXPERIENTES

Os dois professores falam de um trabalho articulado entre os colegas, de um trabalho baseado em discussões e de como repensar a prática, além de citar outros aspectos importantes para que um professor possa estar preparado para lidar com esses alunos. Consideramos que o processo de inclusão escolar será um motivo para que os profissionais da área da educação aprimorem sua capacitação, suas práticas e construam uma ferramenta para que a escola se torne um local sem preconceitos e discriminações.

Professor (A) “a capacitação deveria ser centrado nas discussões com os colegas, nas leituras e realizar isso na prática. Sempre estudar o sujeito e suas potencialidades... O curso ministrado hoje pelo governo fica muito receita de bolo, não acredito que isso seja viável. Depende muito do aluno.”.

Professor (B) “acho que planejamento, conhecer seus alunos, organização, conhecer a turma que vai trabalhar, as diferentes especificidades que tem em determinado contexto.

Saber que é o professor junto com outros colegas da escola, que tem que repensar a sua prática e adaptar a escola para esses diferentes alunos.”

Professor (A) “observar seu aluno, conhecer bem a sua turma. Observar e escutar. E colocar junto na aula, acredito que não existe aula de Educação Física em que o professor não se disponha corporalmente”.

Professor (B) “Sendo propositivo de prática que possibilitem a participação de todos dentro da atividade proposta”.

Percebemos no discurso dos entrevistados que o elo para promover atitudes que favoreçam a inclusão está diretamente ligado as prática e adequações implantadas pelo professor.

Conforme Stainback e Stainback (1999) as estratégias para favorecem a promoção de práticas inclusivas nas escolas, está diretamente ligada a escola e professores estarem abertos às mudanças.

A inclusão há poucos anos era considerada como algo fora da realidade do contexto escolar pela maioria das pessoas. Agora, observamos que os estudos e o interesse por essa área sofrem uma crescente ascensão, além de percebermos que a inclusão está sendo feita com sucesso em determinadas situações. Para que possamos ter mais sucessos nessa prática os professores sugerem melhoras para progredirmos ainda mais com essa temática.

Professora (A) “se colocar como alguém que escuta, observa o seu aluno. Se colocar como alguém que consegue conhecer o seu aluno, desenvolver o aluno a partir das suas potencialidades. Acho que a gente estuda/observa muito as dificuldades e esquecemos o que o aluno pode.”.

Algo bastante relevante na fala da professora é pensar no aluno com deficiência no desenvolvimento de suas potencialidades. Esse pensamento além de enriquecer o convívio com os alunos com deficiência auxilia no processo de inclusão desses estudantes no ambiente escolar.

Stainback e Stainback (1999, p. 142) os autores argumento “que em estabelecimentos educacionais inclusivos o ensino está concentrado nas potencialidades, nos interesses e nas necessidades dos alunos que compõe a comunidade”.

Certamente, o aluno com deficiência é alvo das maiores preocupações de desenvolver as suas falhas, principalmente por não apresentar um corpo considerado “perfeito”, quando há uma alteração física, porém com essa estratégia de ensino poderá perceber uma participação mais ativa do aluno em aula e conseqüentemente o aluno estará mais motivado na sua participação.

Professor (B) “trabalho articulado com diferentes colegas, trabalho articulado com a Secretaria de Educação, trabalho articulado com outras secretarias da área da assistente social, da saúde... diferentes profissionais quando se articulam com a escola acho que potencializa a vivencia também naquele espaço... trabalhar com formação continuada em serviço é essencial no processo de inclusão escolar na escola... trabalho com os centros de atendimentos, com as salas de recursos, com as famílias é importante, essa conversa... melhorar a gestão, a gestão do processo. A gestão macro de uma rede que se organiza a partir de financiamentos... a gestão meso da escola enquanto gestoras dos diferentes profissionais que estão realizando diferentes trabalhos e a gestão micro de você enquanto professor sendo o responsável pelos acontecimentos dentro da sala de aula... reuniões entre as gestoras do núcleo de educação especial e a direção da escola, reuniões gerais de todos os professores, reuniões dos profissionais da sala de recursos, reuniões com os interpretes, constantemente se parava para pensar o que estava acontecendo na escola, e às vezes os próprios sujeitos, eles participando das reuniões junto às famílias.”.

Segundo Stainback e Stainback (1999) há três componentes práticos interdependentes no ensino inclusivo, os quais são: rede apoio, consulta cooperativa e o trabalho em equipe e por último a aprendizagem cooperativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modo previamente aceito pela sociedade de se lidar com as diferenças das pessoas era a segregação, que nos transmite a mensagem de que não queremos aceitar todos. Essa visão começa mudar a partir do processo de inclusão escolar, quando o ambiente escolar passa a acolher as pessoas com deficiência. Essa perspectiva surgiu do reconhecimento e da valorização das diferenças, como uma condição para que haja avanços, desenvolvimento e aperfeiçoamento da educação escolar.

A inclusão ensina ao aluno com deficiência e a seus colegas que todas as pessoas podem ser membros igualmente valorizados da sociedade. A partir dessa valorização nota-se a necessidade de mudança das políticas públicas, na reforma do currículo e escola, nas práticas educativas e na formação de professores para atender a todos no ambiente escolar. Muito se avançou para que essas necessidades fossem cumpridas, auxiliando no distanciamento da segregação, porém identificamos que é necessário continuar avançando para que a inclusão faça parte do cotidiano das escolas. Para que esse caminho possibilite a interação, participação e aprendizagem de todos durante a aula.

Através do estudo realizado, por meio das leituras, entrevistas e discussão, a inclusão dos sujeitos no ambiente escolar requer além do esforço por parte dos professores e dos profissionais na escola, mas também dos colegas, pais e famílias. Certamente é possível evoluirmos na inclusão escolar, até mesmo já estamos vivenciando isso na prática em muitos contextos, porém o sucesso desse processo decorre, da prática pedagógica, do processo de mediação dos professores e colegas, de um trabalho em conjunto de todos os envolvidos nessa temática, das vivências, das relações estabelecidas com o grupo, do diálogo com a família, além de estrutura física da escola e dos recursos materiais disponíveis para a prática.

A Educação Física é fundamentada no movimento corporal dos alunos em aula e, como disciplina de educação, mostra-se rica em estímulos, recursos e oportunidades, oferecendo ao aluno vivências significativas ao seu processo de desenvolvimento.

Ao término desse estudo pode-se concluir que, a efetivação do processo de inclusão nas aulas de Educação Física, deve considerar que o desenvolvimento desses sujeitos ocorre através das individualidades, limitações, potencialidades e favorecer através da prática a

socialização e cooperação com o grupo, oferecendo oportunidades equitativas a todos os estudantes.

Este estudo pode enriquecer a visão que a sociedade tem sobre a inclusão escolar, pois apesar de ser um processo que requer transformação por parte da sociedade, escola e professores, é um caminho que contribui nas relações sociais e igualdade de oportunidades. Foi possível identificar através do relato de um dos professores entrevistados, que mesmo com a fragilidade do currículo e da falta de apoio, se pôde investir em iniciativas que visavam incluir os alunos no ambiente escolar, pois o professor enfrentou essa realidade em momento no qual não reconhecia ter preparação prévia e muito menos acreditava que tinha perfil. Deparou-se com as mesmas dificuldades encontradas hoje, um processo que se encontra em curso, com escolas que nem sempre estão preparadas, com estruturas adequadas e políticas plenamente coerentes. É importante que o professor esteja aberto e com vontade de aperfeiçoar suas práticas, pensando, planejando e repensando nas alternativas para incluir todos os alunos, investindo em um compromisso com a mudança e com a adequação de suas estratégias. Acredito que o processo de inclusão escolar será um motivo para que os profissionais da área da educação aprimorem sua capacitação, suas práticas e construam ferramentas para que a escola se torne um local sem preconceitos e discriminações.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, João Serapião; DUARTE, Édison. Educação Inclusiva: Um estudo na área da Educação Física. **Rev. Bras. Ed. Esp**, Marília, v. 11, n. 2, p. 223-240, ago, 2005.
- BAPTISTA, Claudio Roberto. Ação Pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de atendimentos especializados. **Rev. Bras. Ed. Especial**, Marília, vol. 17, p. 59-76, maio/ago. 2011.
- BARDIN, laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. **Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB n.º 02, de 11 de setembro de 2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Diário Oficial da União, 14 de setembro de 2001.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988.
- BRASIL. **Declaração de Salamanca**. Brasília, 1994.
- BRASIL. **Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Diário Oficial da União, 18 de setembro de 2008. BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais - ensino de primeira à quarta série - Educação Física**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. **Lei nº9394 – Diretrizes e bases da educação nacional**. 1996.
- BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF, 2008.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais - ensino de primeira à quarta série - Educação Física**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- COSTA, Alberto Martins; SOUSA, Sônia Bertoni. Educação Física e esporte adaptado: história, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século XXI. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 27-42, maio, 2004.
- GORGATTI, Márcia Greguol et al. Atitudes dos professores de educação física do ensino regular com relação a aluno portadores de deficiência. **R. bras. Ci e Mov**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 63-68, jun, 2004.
- NETO, Vicente Molina; TRIVIÑOS, Augusto N.S.(orgs.). **A pesquisa qualitativa na educação física: alternativas metodológicas**. 3ed. Porto Alegre:Sulina, 2010.

PALLA, Ana Cláudia; CASTRO, Eliane Mauerberg de. Atitudes de professores e estudantes de educação física em relação ao ensino de alunos com deficiência em ambientes inclusivos. **Revista da Sobrama**, Rio Claro, v. 9, n. 1, p. 25-34, dez, 2004.

RODRIGUES, David; FREITAS, Soraia; KREBS, Ruy. **Educação inclusiva e necessidades educacionais especiais**. Santa Maria. Ed. UFSM, 2005.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA 1999.

SOUZA, Gracy Kelly Pereira de; BOATO, Elvio Marcos. Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas aulas de educação física do ensino regular: concepções, atitudes e capacitação dos professores. **Educação Física em Revista**, v. 3, n. 2, 2009. Disponível em: <http://portalrevistas.ucb.br> acesso em: nov de 2014.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. **Inclusão: Um guia para educadores**. Tradução de Magda França Lopes. Porto Alegre: ARTIMED, 1999.

ANEXOS

ROTEIRO ENTREVISTA

Faça uma breve apresentação e em seguida fale sobre a sua trajetória na Educação Física.

O que motivou você na Educação Física, no processo de Educação Especial para incorporar a Educação Especial dentro da inclusão escolar?

Quando foi o momento que você descobriu o interesse em trabalhar/estudar essa área?

Houve algum acontecimento na sua vida profissional significativo, associado a isso?

O que você considera inclusão escolar?

Como está a inclusão no Brasil hoje?

O que você pensa sobre a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de educação física?

O que a Educação Física ganha com as discussões da Educação Especial?

O que a Educação Especial ganha conhecendo dinâmicas que são características mais de área de trabalho pedagógico que envolve o corpo/movimento?

Que aspectos de uma capacitação devem ser considerados para que um professor consiga ensinar bem um aluno com deficiência? Em que medida esses aspectos envolve a relação com a Educação Física?

Como um professor consegue desenvolver atitudes que favoreçam a inclusão de todos os alunos? Quais sugestões você poderia dar para melhorar o processo de inclusão na escola?

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Trata-se de termo relativo a construção da monografia final de curso intitulada: **EDUCAÇÃO FÍSICA E INCLUSÃO ESCOLAR: experiência, formação de professores e práticas pedagógicas**, que tem por objetivo analisar as perspectivas predominantes na prática pedagógica de professores de educação física que se dedicam às temáticas da inclusão escolar, quais são suas percepções acerca dessa prática e como tais ações podem favorecer a inclusão escolar.

Solicita-se aos participantes a leitura, e, em caso de concordância, a assinatura deste “Termo” para que se resguarde a ética e se preservem seus direitos legais.

É dada a liberdade de colaborar, de não participar ou desistir a qualquer momento deste estudo, não havendo nenhuma alteração ou prejuízo presente ou futuro. Todas as informações obtidas durante a coleta de dados serão confidenciais e utilizadas exclusivamente para cumprir os objetivos deste projeto de pesquisa. Tais dados estarão sempre sobre sigilo ético, não sendo mencionados os nomes dos participantes em nenhuma apresentação oral ou trabalho escrito que venha a ser publicado.

Eu, _____, estou ciente e de acordo com os termos acima apresentados para realização da entrevista.

Assinatur do (a) participante da pesquisa

Daiane Pinto dos Santos

Porto Alegre, _____ de _____ de 2014.